



## **Como o Profissional de Relações Públicas Pode Promover a Participação Popular em Planos Municipais de Saneamento?<sup>1</sup>**

Juliana Lopes DIAS<sup>2</sup>

Laura Nayara PIMENTA<sup>3</sup>

Centro Universitário Newton Paiva, Belo Horizonte, MG

### **Resumo**

Os processos de desenvolvimento e urbanização das cidades trazem consequências que requerem investimentos em infraestrutura que as solucionem ou amenizem. Tais melhorias podem ser alcançadas através do planejamento de saneamento básico, desde que sejam transparentes e envolvam a população. Nesse cenário, a comunicação pode ser fundamental, principalmente sob a ótica das Relações Públicas, que pode possibilitar a real participação daqueles que foram historicamente excluídos das decisões, utilizando a mobilização social para isso.

**Palavras-chave:** Participação Popular; Mobilização Social; Relações Públicas; Saneamento Básico; Políticas Públicas.

### **Introdução**

O crescimento urbano da maioria das cidades brasileiras se deu de maneira desordenada, principalmente pela ausência de fiscalização e de leis regulatórias. Diversas consequências são observadas devido a essa desorganização, como a constante ocorrência de enchentes, problemas relacionados ao abastecimento de água, à coleta e tratamento dos esgotos sanitários, e ao acondicionamento, coleta, transporte e destinação dos resíduos sólidos.

Esses serviços de saneamento básico, no Brasil, são deficitários, possivelmente, pela falta de uma gestão eficiente dos diversos setores responsáveis por tal segmento. Diante desse cenário, é fundamental desenvolver uma infraestrutura que solucione ou amenize a situação, através da elaboração e aplicação de planejamentos de saneamento básico, que objetivem gerir equilibradamente os recursos municipais, de modo a assegurar a sua harmonia com o desenvolvimento local, empregando-os racional e economicamente.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania, do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 28 a 30 de junho de 2012.

<sup>2</sup> Professora do Curso de Relações Públicas do Centro Universitário Newton Paiva; Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais; Bacharel em Relações Públicas pela Universidade Federal de Minas Gerais; email: julianaprof@uol.com.br

<sup>3</sup> Bacharel em Relações Públicas pelo Centro Universitário Newton Paiva, email: lanapi05@hotmail.com.



Planejar o futuro da cidade, de forma a construir um compromisso entre cidadãos e governos, é um desafio. Para que esse processo tenha a devida transparência, a construção de estratégias eficientes de comunicação pode ser fundamental, tanto do ponto de vista da promoção da participação social, quanto da intersetorialidade. Sendo o profissional de Relações Públicas um estrategista por natureza, este pode se tornar um elemento-chave no planejamento. Mais do que isso, pode possibilitar a real participação da população, historicamente excluída dos processos decisórios, utilizando ferramentas de mobilização social e trabalhando com outras linguagens, como a arte, a música, a religião, entre outros. Considerando esse contexto, o presente artigo discute o papel do profissional de Relações Públicas no cenário dos Planos Municipais de Saneamento, tomando como exemplo a cidade Belo Horizonte, capital de Minas Gerais.

Este artigo – resultado das pesquisas realizadas para a monografia de conclusão de curso - é fruto da vontade das pesquisadoras de congregar as experiências profissionais, vivenciadas no campo da consultoria de engenharia para companhias de saneamento, com as teorias da área das Relações Públicas. O conhecimento adquirido nas duas situações leva-nos a crer que a comunicação pode possibilitar um melhor relacionamento entre as partes envolvidas, por meio de práticas de mobilização social e de outras ferramentas próprias da área.

### **Saneamento Básico: História, Conceitos e Problemas**

Desde épocas remotas existem registros sobre a preocupação com o saneamento, sempre relacionada ao surgimento e crescimento das cidades. O ser humano precisa da água tanto para sua subsistência como para o afastamento de seus dejetos, sendo crucial a construção de suas cidades próxima a fontes de abastecimento e escoamento. No Brasil, assim como na maioria dos países, a história do saneamento também se mistura com a formação das cidades. No período colonial (início do séc. XIX), a água utilizada pela população era coletada de bicas e fontes que se situavam próximo aos recém formados povoados. Com a chegada da família real no Brasil, iniciou-se a implantação de uma infraestrutura mínima, tais como pontes, estradas e abastecimento de água à população. (CIDADES, 2008)



Pode-se dizer que foi em meados do séc. XIX que se iniciou a organização de um controle sanitário no Brasil. Evidentemente ele estava voltado para as famílias da elite: não havia preocupação com as camadas mais pobres da sociedade. (OLIVEIRA, 2003). Já no início do séc. XX, o prejuízo econômico trazido pelo surto de algumas doenças deflagrou novos programas governamentais:

No início do século XX, em meio à crise sócio-econômica e sanitária provocada, sobretudo, pela febre amarela, o discurso da higiene dava sustentação às ações da política sanitária. Os explosivos efeitos sobre a economia cafeeira se faziam sentir tanto pela rigidez da mão-de-obra, especialmente dos emigrantes que substituíam os escravos, como pelos prejuízos para a exportação do café através dos portos do Rio e de Santos. Assim a ideologia sanitária da época deu sustentação à reestruturação urbana, [...] imposta pelas necessidades reais de criação, concentração e acumulação do capital. (OLIVEIRA, 2003, p. 24)

A identidade sanitária brasileira foi edificada por meio de uma série de condicionantes políticos, sociais, econômicos e culturais caracterizados pelo diversos períodos da história nacional e do mundo. Até a década de 20, a estrutura sanitária brasileira era composta por unidades autônomas, criadas para fazer frente a problemas específicos. O final dos anos 20 é marcado por um novo entendimento dos serviços de saúde: emergem os conceitos de saúde pública e, dentro dela, de educação sanitária (OLIVEIRA, 2003). Segundo o Ministério das Cidades (2008), foi somente com a posse do governo Lula, em 2003, que a União assumiu seu papel financiador e regulador do Saneamento Básico, condicionando a concessão dos financiamentos à viabilidade socioeconômica dos novos projetos. No mesmo ano, foi criada a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental – SNSA, que reinseriu a União nas políticas urbanas, instaurando um processo inovador de abertura à participação da sociedade civil por meio de conferências e do Conselho das Cidades.

Em 2007, foi promulgada a Lei Federal nº 11.455, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico brasileiro, trazendo, também, um novo marco regulatório para o setor. Para cumprir as atribuições do artigo 52 dessa lei, o Ministério das Cidades, através da SNSA, vem empreendendo ações para implantação do Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB, que objetiva a universalização dos serviços de saneamento básico e o alcance de níveis crescentes do mesmo, compatibilizando-o com os demais planos e políticas da União. (CIDADES, 2008)



No que se refere à conceituação do saneamento, esta é dividida pela abrangência dos serviços segundo os níveis de salubridade ambiental alcançado, sendo o Saneamento Básico o recorte mais utilizado (FUNASA, 2006). A Lei nº 11.445, Lei do Saneamento Básico (BRASIL, 2007), considera o Saneamento Básico como sendo o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, de esgotamento sanitário, de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

A falta de saneamento básico é uma afronta à dignidade humana e afeta, principalmente, a parcela da população abaixo da linha da miséria e um grande número de crianças. Dados da Organização Mundial de Saúde – OMS demonstram que 2,6 bilhões de pessoas no mundo não têm acesso aos serviços de saneamento, e mais de um bilhão não têm habitação segura, apesar de todo ser humano ter direito a uma vida saudável, produtiva e em sintonia com a natureza (WHO, 2011). Investir em saneamento é uma das formas de se reverter o quadro crítico da saúde no mundo, pois ele interfere no meio ambiente de modo a interromper a transmissão de doenças. Ao realizar ações nesse setor, o desenvolvimento socioeconômico torna-se mais fácil, uma vez que, segundo dados do Ministério da Saúde (BARROS et al., 1995), para cada real investido em saneamento, economiza-se quatro reais na área da saúde.

Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS (2009), cerca de 90% da população urbana brasileira é atendida com água potável e 70% com redes coletoras de esgotos. Vale ressaltar que, para se alcançar condições sanitárias adequadas, o esgoto coletado precisa ser tratado antes do seu lançamento no meio ambiente, e apenas 28,5% dos municípios brasileiros o fazem. O déficit, ainda existente, localiza-se, principalmente, em favelas, periferias das cidades, zona rural e interior. (IBGE, 2010)

Para reverter esse quadro crescente de impactos ambientais, a Funasa (2007) orienta a, primeiramente, conhecer os fatores determinantes e condicionantes do ambiente que interferem na saúde do homem para, assim, recomendar e adotar medidas profiláticas e de controle. A Funasa (2007) também mostra a necessidade de se intervir no setor de saneamento através de ações de educação sanitária, além de promover a melhoria das condições de vida e, conseqüentemente, do estado de saúde das populações.



Nesse cenário, as políticas públicas, enquanto ações, metas e planos elaborados pelos governos federal, estadual e municipal para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público, são uma forma essencial de se concretizar intervenções efetivas no setor de saneamento. Ao longo da história brasileira, vários planos e políticas foram elaborados para o setor, ressaltando-se a atual aprovação do PLANSAB. Para melhor compreender sua importância, o assunto será discutido a seguir.

### **Políticas Públicas no Contexto do Saneamento Básico**

Não há uma melhor, ou única, definição sobre o que seja política pública. Souza (2006, p. 24) elenca uma série de autores que apresentam a conceituação de políticas públicas segundo suas perspectivas:

Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Lasswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

Os princípios das políticas públicas de saneamento, no Brasil, vêm sendo construídos desde meados da década de 1980. A aprovação da Lei nº 11.445/2007 inaugurou uma nova e desafiadora fase na história do saneamento: a exigência legal da ação de planejamento. Conceitos de universalidade, integralidade e equidade estão previsto nessa Lei. A intersetorialidade - ainda que não explicitada como princípio - também é indispensável para elaboração de planos municipais de saneamento. (CIDADES, 2009)

Além desse novo cenário intersetorial, a Lei nº 11.445/2007 transformou o município em protagonista do planejamento de saneamento, que passou a contar com esse suporte legal para exercer a titularidade na gestão dos serviços. A experiência e a literatura demonstram que políticas públicas elaboradas e implementadas em nível municipal têm maior êxito devido à proximidade da realidade local e de sua abertura a processos participativos. No entanto, a fragilidade dos movimentos sociais atuais é um elemento limitador para a construção de planos mais realistas e transformadores. O protagonismo



do poder local e o fortalecimento dos movimentos sociais podem permitir a superação desse cenário, já que planejamento não envolve apenas procedimentos técnicos, mas também debate de ideias, a fim de interpretá-las para projetá-las. (CIDADES, 2009)

Para Rezende (2006) a participação ativa da comunidade é imprescindível para a elaboração, acompanhamento e constante avaliação do planejamento estratégico municipal, pois a população não é somente o objeto do plano, mas também o sujeito político da determinação das prioridades e preferências. Como consequência desse processo, o autor ainda afirma que o esforço do planejamento estaria migrando da escolha entre o setor público e o setor privado para evoluir para a articulação entre os interesses de grupos sociais preocupados em participar ativamente da vida da cidade.

Mesmo que a Lei 11.445/2007 esteja em fase inicial de implementação, já podem ser observadas algumas dificuldades da administração municipal em transpor a prática tecnocrática dos planos municipais de saneamento. O tratamento dos conflitos entre os diversos interesses em jogo é um grande desafio. Para amenizar tais discrepâncias e possibilitar à população efetivar seu direito de participação nos planos, é necessário estreitar o relacionamento entre os atores envolvidos. Diante disso, será discutida a contribuição das ações de comunicação e mobilização social nesse cenário.

### **Relações Públicas no Contexto Participativo dos Planos Municipais de Saneamento**

A exigência legal do controle social nas políticas públicas brasileiras, juntamente com a vontade de construir uma democracia participativa, têm desenvolvido exponencialmente as formas de articulação dos movimentos sociais e da sociedade civil em geral. Foi nesse ambiente que a mobilização social incorporou-se ao cotidiano dos cidadãos.

Segundo Henriques e Werneck (2008), a mobilização social é indispensável para que o Estado possa garantir a participação social na formulação, acompanhamento e implementação das políticas públicas. Sendo assim, os movimentos sociais e populares contemporâneos têm forte característica de mobilização, principalmente para reunir adeptos e melhorar a aceitação e legitimidade de suas causas. Para tais efeitos, a mobilização deve estar atrelada às ações comunicacionais.



Henriques (2004) afirma que as pessoas precisam, no mínimo, de informações para se mobilizarem, mas também precisam compartilhar as emoções e conhecimentos sobre a realidade das coisas à sua volta. O desafio da comunicação, em situações de mobilização, é tocar nos sentimentos das pessoas, porém sem manipulá-las, para que não se torne autoritária e imposta. A comunicação popular, enquanto expressão da ação dos grupos populares, tem caráter mobilizador coletivo. Mobilizar, segundo Toro e Werneck (1996), é convocar as vontades de pessoas que vivem no meio social, mostrando-as o problema, compartilhando-o e distribuindo-o, fazendo com que elas se sintam co-responsáveis por ele e passem a agir de maneira a tentar solucioná-lo, movidas por um acordo em relação a determinada causa de interesse público.

Rezende (2006) observa que a democratização de decisões é um fator crucial para transformar as ações de um planejamento municipal em trabalho compartilhado entre cidadãos, bem como para assegurar o comprometimento e a responsabilidade dos mesmos no processo de construção do plano. Nessa perspectiva, percebe-se que a sociedade deve participar não apenas nas solenidades do planejamento, mas, sim, estar presente em todo seu processo.

Peruzzo (1998) define três diferentes modalidades de participação popular, numa perspectiva ampla de ação coletiva: a participação passiva, a participação controlada e a participação-poder. Na participação passiva, a pessoa desenvolve um tipo de participação baseado no conformismo e numa postura de espectador, delegando o poder a outro. Na modalidade de participação controlada, têm-se uma participação limitada à permissão das instâncias detentoras de poder. Já na participação-poder, os processos contribuem para uma participação democrática, ativa e autônoma, em que o exercício do poder é compartilhado. Tais modalidades não são essencialmente cronológicas nem se excluem mutuamente, pois podem estabelecer um diálogo. (PERUZZO, 1998)

A autora ainda relata que, no Brasil, para se alcançar uma participação avançada, que partilhe o poder de decisão, o processo tende a ser conflituoso e lento. Isso se deve às várias mediações necessárias, permeadas por dirigismos autoritários, interesses individuais e políticos, bem como pelo conformismo e apatia das comunidades envolvidas. Nesse contexto conflituoso e apático, refletir sobre os aspectos relacionais e



mobilizadores das Relações Públicas faz-se essencial, uma vez que esta é responsável pela mediação das relações entre uma organização/movimento e seus diversos públicos.

De acordo com o parágrafo 2º, inciso IV, do Artigo 3º da Resolução Normativa Nº 43 - RN 43, que define as funções e atividades privativas dos profissionais de Relações Públicas, este tem como uma de suas inúmeras funções “implantar, coordenar, desenvolver e dirigir ações em órgãos públicos que tenham por objeto a comunicação pública ou cívica<sup>4</sup>” (CONFERP, 2002, s.p.). Kunsch (2007, p.172) ainda esclarece que

[...] relações públicas comunitárias autênticas são muito mais do que um trabalho “para” a comunidade, nos moldes tradicionais, por meio de ações sociais paternalistas. Elas pressupõem uma atuação interativa, em que o profissional é, antes, um articulador e incentivador, mas do que um simples transmissor de saberes e aplicador de técnicas aprendidas na universidade. Ele não deve ser um mero “consultor”, que não vivencia as necessidades da comunidade. As relações públicas comunitárias implicam sua participação “na” comunidade, dentro dela e em função dela. Melhor ainda será se ele for um “agente orgânico” surgido no seio da própria comunidade.

Para Kunsch (2007), o profissional de Relações Públicas deve examinar como ocorre a dinâmica social dos membros da comunidade, seja no espaço físico delimitado, seja no ciberespaço. Em ambos os casos, é fato que o relações públicas não pode mais encarar a comunidade como um simples aglomerado de pessoas, sem o mínimo de participação ativa dos cidadãos na construção dos ideais. Tanto na visão da autora como no texto da RN 43, o RP deve buscar conhecer a fundo o seu público (a comunidade), utilizando de métodos de segmentação para isso. Henriques (2002) observa a inadequação dos modelos clássicos de segmentação para a aplicação nos projetos de Relações Públicas comunitárias e de mobilização social. Para construir um novo modelo de mapeamento e segmentação do público, mais adequado aos projetos de mobilização social, Henriques (2002, p.49) considera tais projetos como sendo constituídos por “uma ampla rede de pessoas, grupos e instituições, mobilizadas com determinada finalidade comum e que tendem a imbuir-se do sentimento de co-responsabilidade”.

Essa ideia de rede tem características essenciais para a definição de públicos proposta por Henriques (2002): a plasticidade, a permanente atualização e a mobilidade do

---

<sup>4</sup> A alínea “d”, inciso X, do Artigo 1º da RN 43, define comunicação pública ou cívica como aquela que “promove o fluxo da informação entre as necessidades da sociedade e aquelas que estão disponíveis nas instituições públicas que são, por natureza, as portadoras do interesse coletivo”.

centro. Diante de tais perspectivas, o autor sugere que a segmentação para os projetos mobilizadores siga a seguinte dinâmica, orientada para geração de corresponsabilidade:

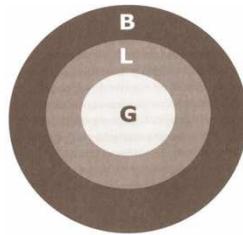


Figura: Mapa tridimensional dos públicos.  
Fonte: HENRIQUES (2002, p.269).

Nesse mapa, o público classificado na categoria “B” é conhecido como beneficiado. É entendido como sendo toda a população do espaço geográfico no qual o projeto acontece, seja qual for sua extensão. O público da classificação “L” é composto pelos legitimadores, pois são grupos ou instituições, localizados dentro da área geográfica do projeto, que não somente se beneficiam com os resultados, mas são capazes de conhecê-los e julgar a sua utilidade. No caso da categoria “G”, têm-se os grupos ou instituições que não apenas se beneficiam ou se dispõem a legitimar a existência dos projetos, mas que organizam e realizam efetivamente as ações dos mesmos. (HENRIQUES, 2002)

Mesmo que os planos municipais de saneamento sejam obrigatórios por lei, a solução ou minimização da maioria dos problemas enfrentados nesse âmbito só será possível se a comunidade afetada estiver sensível à necessidade de mudança. Assim, intuindo a qualificação do processo de participação e controle social, os diferentes atores sociais que compartilham da mesma realidade devem articular-se para enfrentar as questões, contando com a intermediação do relações públicas para agilizar esse processo. Para melhor compreensão da realidade dos processos participativos, foram realizadas duas entrevistas em profundidade. Além disso, foi discutida a metodologia utilizada pela Prefeitura de Belo Horizonte no que se refere à promoção do controle social.

### **Estudo Analítico de Dados**

Frente à necessidade de aprofundar as investigações do presente artigo, foram realizadas duas entrevistas em profundidade durante o mês de setembro de 2011, pessoalmente e com base em questionário semi-estruturado. Os entrevistados são pessoas envolvidas



nas áreas de mobilização social e planejamento municipal de saneamento. Para efeito de análise, os mesmos foram nomeados como Sujeito A - Gerente de articulação de redes da Prefeitura de Belo Horizonte - e Sujeito B - Publicitária e Impulsora do Movimento Nossa BH. Além das entrevistas, foi analisada, por meio de dados documentais e bibliográficos, uma unidade específica: a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Inaugurada em 1897, Belo Horizonte - BH tem, segundo o Censo 2010, uma população de 2.375.444 habitantes e uma densidade demográfica de 7.177 habitantes por km<sup>2</sup>. Seu Produto Interno Bruto é de R\$ 42,2 bilhões, sendo 67,5% provenientes dos comércios e serviços, 18,4%, do setor público e 14,2%, da atividade industrial. (IBGE, 2010)

Em decorrência da desordenada e acelerada urbanização e industrialização de BH e de sua região metropolitana, ocorreu um total descontrole da administração municipal sobre as regras de uso e ocupação do solo. Segundo Duarte (2010), isso trouxe diversos problemas, como aumento da quantidade de resíduos sólidos, maior impermeabilização do solo, deterioração das águas superficiais e subterrâneas devido aos esgotamentos irregulares e, conseqüentemente, a ocorrência de frequentes enchentes.

Desde a década de 1970, a cidade procura estabelecer leis e projetos que visam à diminuição dos problemas relacionados ao saneamento e ao uso e ocupação do solo. Entretanto, só a partir da década de 1990, as questões e a sociedade que ficaram à margem das discussões começaram a influenciar as políticas públicas de saneamento. Conforme Duarte (2010), a nova postura encontrou na mobilização da sociedade civil e na questão do desenvolvimento sustentável o ponto inicial. Inaugura-se uma nova fase, em que se observa uma inédita consciência pública frente à problemática ambiental.

Segundo a cartilha de Gestão Compartilhada da PBH (2011), fornecida pelo Sujeito A, BH tem uma longa história de participação popular na gestão da cidade. Vários espaços dialógicos têm tido uma função crucial na melhoria da vida das pessoas nas últimas duas décadas. Essa forma participativa de governar baseia-se nos múltiplos canais de consulta, de transparência e garantia do constante aprimoramento da democracia. A cidade tem uma rede de cidadania que congrega a opinião e as ações de milhares de cidadãos, através de canais como Orçamento Participativo, conselhos municipais,



conferências, fóruns, audiências públicas e outros. Esses canais trazem como resultados mais obras, serviços, maior abrangência e eficiência das políticas sociais e urbanas.

A cada ano a Prefeitura de Belo Horizonte busca aprimorar a participação popular no planejamento governamental. Em 2009 iniciou o Planejamento Estratégico, visando estabelecer objetivos para uma cidade almejada em 2030. Em 2010, elaborou um novo Plano Diretor Municipal, contando com as contribuições das Conferências Municipais setoriais e de outras instâncias participativas. Já em 2011, foram iniciados os Planos Diretores Regionais, que deverão determinar uma estrutura urbana para as regiões do município e implantar o que foi previsto no Plano Diretor e no Estatuto das Cidades.

Além dessas ações, a cidade foi organizada em 40 territórios de Gestão Compartilhada, o que possibilita conhecer de perto a realidade da população de cada região, buscando, assim, ações mais adequadas. Em 2011, foi criada a Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Compartilhada, que instituiu o Planejamento Participativo Regionalizado – PPR. De acordo com as informações do boletim Gestão Compartilhada da PBH (2011, p.1), a gestão compartilhada deve “radicalizar a democracia, ampliando as possibilidades de participação e controle social na gestão daquilo que é de interesse público”.

Desse modo, a Prefeitura incentiva a mobilização social, criando novos espaços de diálogo, ampliando a colaboração interinstitucional e propiciando maior transparência e acesso às informações sobre as atividades do governo. Para otimizar essa atuação, a Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Compartilhada é dividida em quatro áreas: Sala de Situação, Planejamento do Orçamento Participativo, Relacionamento e Mobilização Social, Acompanhamento de Colegiados. (PBH, 2011).

Dessas áreas, a que mais interessa ao presente trabalho é a de Relacionamento e Mobilização Social, que busca estabelecer espaços de diálogo com a sociedade, aliando a gestão compartilhada ao fortalecimento das redes organizadas. Atua na promoção permanente do processo de sensibilização e formação da cidadania, utilizando instrumentos de comunicação e informação, bem como atividades lúdicas e artísticas. Além disso, identifica processos participativos existentes em diferentes secretarias e órgãos, objetivando convergir iniciativas, potencializá-las e dar-lhes maior visibilidade



Durante a entrevista com o Sujeito A, ele esclareceu que a secretaria em questão utiliza uma metodologia de promoção da participação baseada em cinco ciclos (A, B, C, D e E). No ciclo A, as lideranças e os representantes da sociedade civil, levantados através dos *mailings* das regionais, são convidados a participarem de uma oficina, na qual é apresentada a proposta de trabalho do Planejamento Participativo Regionalizado. As pessoas que não receberam convite formal da Prefeitura, mas que foram convidadas pelas lideranças ou souberam da oficina por outros meios, também são convidadas a participarem do ciclo B.

No ciclo B, os territórios são divididos em grupos, por questões de logística. Nesse ciclo é iniciada uma discussão para a elaboração de propostas de intervenções segundo os eixos social, ambiental e econômico. Essas propostas são apresentadas ao prefeito no ciclo C, que discute com o corpo técnico da Prefeitura a viabilidade da realização das mesmas no ciclo D. No quinto e último ciclo, ciclo E, serão apresentados os principais resultados referentes às propostas feitas pelos quarenta territórios, em um fórum denominado Fórum da Cidade, cuja realização está prevista para 2012.

Nas entrevistas, ao serem indagados sobre o significado de mobilização social, os sujeitos A e B tiveram grande aproximação de ideias. Ambos pensam que a mobilização social é uma forma de convergir as pessoas a um objetivo comum. O sujeito A complementa afirmando que a mobilização envolve sensibilização das pessoas, além de uma convocação dessas para se envolverem e participarem de uma causa. Considerando o conceito da palavra mobilizar, segundo Toro e Werneck (1996), percebe-se grande convergência entre o que os entrevistados responderam e o que os autores defendem. Toro e Werneck (1996) definem, em termos gerais, mobilizar como o ato de convocar vontades de pessoas em torno de um objetivo ou causa em comum, assim como os entrevistados em questão pensam.

Partindo-se para as possíveis barreiras de um processo de mobilização, foi perguntado aos sujeitos A e B quais seriam essas barreiras. Ambos concordaram que a desconfiança em relação aos resultados do processo é a maior das barreiras. Como o assunto envolve participação pública e política, as pessoas tendem a desacreditar, desconfiam se realmente todo o trabalho surtirá algum efeito ou se será só maquiagem. Peruzzo (1998) afirma que, no Brasil, para se alcançar uma participação avançada e que partilhe o poder



de decisão, o processo tende a ser conflituoso e lento, fato que pode ser confirmado pela principal barreira apresentada pelos entrevistados.

Diante desse cenário de vícios, os sujeitos A e B foram questionados sobre a importância da comunicação na mobilização social e na promoção da participação. O sujeito A afirma que a comunicação é importante para difundir o processo participativo, de forma a ampliar a capacidade de chegar a diferentes segmentos. Para ele, os processos de identificar os públicos, a forma de chegar até eles e a de se comunicar com eles, bem como a capacidade de repercutir o processo em diversas plataformas e estratégias comunicacionais são “importantíssimos”.

O sujeito B também concorda com essa importância, e ressalta que os profissionais de RP e marketing são os mais adequados para esse fim, principalmente pela capacidade de transitar entre as organizações de todos os tipos. Tais respostas ratificam o referencial teórico, que ressalta a necessidade de se classificar corretamente seus públicos, de usar linguagens aproximativas, de articular e interagir com a comunidade como um agente orgânico, assim como defendem Kunsch (2007) e Henriques (2002).

### **Considerações Finais**

Com base nas entrevistas e nas demais evidências levantadas, pode-se concluir que o profissional de Relações Públicas pode contribuir muito para a promoção da participação social. Ele pode promovê-la por meio de ações interativas, da identificação dos públicos estratégicos e desenvolvimento de linguagens que melhor os atinjam, sensibilizando-os e convocando-os para a participação, por meio de ações lúdicas ou tradicionais, tendo como foco principal as lideranças comunitárias.

A maioria dos teóricos da área de políticas públicas e participação acreditam que a participação ativa da comunidade é fundamental para o êxito das ações políticas. Rezende (2006) afirma que a comunidade não é somente o objeto do plano, mas também o sujeito político da determinação das prioridades e preferências. Diante de tudo o que foi discutido, enfatiza-se que esta investigação não esgota o assunto. Ainda é crucial discutir às formas de se vencer as barreiras existentes nos processos participativos, debate que fica para uma futura pesquisa.



## Referências

BARROS, R.T.V. et al. **Saneamento**. Belo Horizonte: Escola de Engenharia da UFMG, 1995. 221 p. (Manual de Saneamento e Proteção Ambiental para os Municípios, 2).

BRASIL. **Lei nº 11.445**, de 5 de janeiro de 2007. Lei do Saneamento Básico. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 6 jan. 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm)>. Acesso em: 11.abr.2011.

CIDADES – Ministério das Cidades. **Peças Técnicas Relativas a Planos Municipais de Saneamento Básico**. Brasília: MCidades, 2009. 263p.

CIDADES – Ministério das Cidades. **Subsídios para o Projeto Estratégico de Elaboração do PLANSAB**. Parte 2. 2008. Disponível em <<http://www.cidades.gov.br>>. Acesso em: 19.abr.2011.

CONFERP. **Resolução Normativa Nº 43**, DE 24 DE AGOSTO DE 2002. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 28 out. 2002. Disponível em: <<http://www.conferp.org.br/?p=407>>. Acesso em: 20.set.2011.

DUARTE, André Ricardo Barbosa. **Histórico da urbanização de Belo Horizonte a partir da década de 70. Uma análise das políticas públicas ambientais e de urbanização do município**. Revista Educação Ambiental em Ação, nº 31, março de 2010. Disponível em <<http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=805&class=02>>. Acesso em: 27.out.2011.

FUNASA. **Manual de saneamento**. 3. ed. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2006. 408 p.

FUNASA. **1º Caderno de Pesquisa em Engenharia de Saúde Pública**. 2. Ed. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2007. 238 p.

HENRIQUES, Márcio Simeone. **Considerações sobre o mapeamento dos públicos de projetos de mobilização social**. In: PERUZZO, Círcia Krohling. COGO, Denise. KAPLÚN, Gabriel. (orgs). **Comunicação e Movimentos Populares: quais redes?** São Leopoldo: Unisinos, 2002. 360p. (p. 263 a 274)

HENRIQUES, Márcio Simeone (Org.). **Comunicação e Estratégias de Mobilização Social**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 99p.

HENRIQUES, Márcio Simeone & WERNECK, Nisia Maria Duarte (Orgs.). **Visões de Futuro: responsabilidade compartilhada e mobilização social**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 144p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 27.out.2011.



KUNSCH, Margarida M. Krohling. **Dimensões e perspectivas das relações públicas comunitárias.** In: KUNSCH, Margarida M. Krohling e KUNSCH, Waldemar Luiz (orgs.). **Relações Públicas Comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora.** São Paulo: Summus, 2007. 372p. (p.165 a 180)

KUNSCH, Margarida M. Krohling e KUNSCH, Waldemar Luiz (orgs.). **Relações Públicas Comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora.** São Paulo: Summus, 2007. 372p.

OLIVEIRA, Rosely Magalhães. **A construção do conhecimento nas práticas de educação em saúde: repensando a relação entre profissionais dos serviços e a população.** Perspectivas em Ciência da Informação, Volume 8 - N. especial p. 1 - 146, jul./dez. 2003. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003.

OPAS. **Indicadores e Dados Básicos para a Saúde 2009.** 2009. Disponível em <[http://new.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&task=blogcategory&id=758&Itemid=347](http://new.paho.org/bra/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=758&Itemid=347)>. Acesso em: 4.mai.2011.

PBH - Prefeitura de Belo Horizonte. **Estatísticas e Indicadores 2010.** 2011. Disponível em <[http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=estatisticaseindicadores&tax=20040&lang=pt\\_BR&pg=7742&taxp=0&](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=estatisticaseindicadores&tax=20040&lang=pt_BR&pg=7742&taxp=0&)>. Acesso em: 7.out.2011.

PERUZZO, Círcia Krohling. **Comunicação nos Movimentos Populares: A participação na construção da cidadania.** Petrópolis: Vozes, 1998. 342p.

PERUZZO, Círcia Krohling. COGO, Denise. KAPLÚN, Gabriel. (orgs.). **Comunicação e Movimentos Populares: quais redes?** São Leopoldo: Unisinos, 2002. 360p.

REZENDE, D A. **Planejamento estratégico municipal: Empreendedorismo participativo nas cidades, prefeituras e organizações públicas.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2006. 133p.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** Revista de Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>>. Acesso em: 16.jun.2011.

TORO A., José Bernado & WERNECK, Nísia Maria Duarte. **Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação.** Brasil: UNICEF, 1996.

WHO - World Health Organization. **Sanitation.** Disponível em <<http://www.who.int/topics/sanitation/en/>>. Acesso em: 4.mai.2011.